



APRESENTAÇÃO

15º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMOCRACIA E CONSTITUCIONALISMO: PERSPECTIVAS PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA NO SÉCULO XXI

A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), por meio do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica (PPCJ) e do Grupo de Pesquisa Governança, Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade, teve a honra de sediar, nos dias 25 e 26 de agosto de 2025, o **15º Seminário Internacional Democracia e Constitucionalismo: Perspectivas para a Justiça Climática no Século XXI**.

Esta edição consolidou-se como um marco na discussão jurídica contemporânea, reunindo um corpo docente de excelência composto por professores doutores de diversas nacionalidades, além de pesquisadores e acadêmicos brasileiros engajados na redefinição dos paradigmas constitucionais frente à crise ecológica global.

O evento proporcionou um espaço privilegiado para o intercâmbio de saberes, fomentando o diálogo entre o direito interno e o direito internacional. As mesas de debate e os grupos de trabalho debruçaram-se sobre a urgência de harmonizar as estruturas democráticas tradicionais com os imperativos da sustentabilidade, analisando como o Constitucionalismo pode oferecer respostas efetivas aos desafios impostos pelo Antropoceno.

A diversidade dos participantes enriqueceu as discussões, trazendo perspectivas comparadas e soluções inovadoras para problemas transfronteiriços.

Nesta publicação dos Anais, o leitor encontrará uma compilação das produções apresentadas, refletindo a atualidade dos temas abordados. Do uso de tecnologias emergentes na prática jurídica à proteção de comunidades vulneráveis e migrantes climáticos, os trabalhos aqui reunidos representam o estado da arte da pesquisa jurídica.

Os artigos publicados passaram por duas avaliações. Primeiramente, foi analisado pela Comissão Científica a viabilidade de apresentação no Congresso. Posteriormente, após apresentação e envio da versão final, a Comissão



científica analisou o cumprimento dos critérios técnicos científicos conforme edital, visando a publicação.

Esperamos que esta obra sirva não apenas como registro histórico, mas como fonte de inspiração para futuras investigações e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à justiça climática e social.

Prof. Dr. Clovis Demarchi
Presidente da Comissão Organizadora

RESUMOS CONTEXTUALIZADOS DOS ARTIGOS

1. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO ESTRATÉGIAS PARA A GOVERNANÇA CLIMÁTICA SUSTENTÁVEL

O artigo explora a insuficiência da representação política tradicional para lidar com a crise ecológica, sugerindo mecanismos de democracia participativa. Contextualiza a governança climática como um processo que exige a inclusão direta da sociedade civil na tomada de decisões para garantir legitimidade e eficácia.

Autores: Abelardo Franco Junior e Cirino Adolfo Cabral Neto.....7-26

2. USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE DAS FERRAMENTAS FACILITADORAS DO TRABALHO IMPLEMENTADAS NOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Este trabalho investiga a transformação digital na advocacia privada, analisando como ferramentas de IA otimizam a gestão processual e a pesquisa jurídica. O estudo pondera sobre a eficiência operacional trazida pela tecnologia frente aos desafios éticos e à necessidade de supervisão humana na prática forense.

Autoras: Alice Peixoto da Silva e Rubia Soletti Skrzek Pscheidt.....27-41



3. O TERRITÓRIO COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL: A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SOBRE OS QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA

Este estudo aborda o caso dos Quilombolas de Alcântara para discutir a terra não apenas como propriedade, mas como base da identidade cultural. Contextualiza a jurisprudência interamericana que reconhece o território coletivo como um direito fundamental inalienável de comunidades tradicionais.

Autoras: Letícia Hilgemberg e Vivian de Oliveira.....42-62

4. A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA AGENTES PÚBLICOS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O artigo discute a isonomia material no serviço público, defendendo a adaptação da carga horária como medida de justiça social e inclusão. Contextualiza o tema à luz das normas constitucionais de proteção à pessoa com deficiência, visando garantir a plena participação profissional sem prejuízo à saúde.

Autor: Alexandre dos Santos Priess.....63-84

5. JUSTIÇA CLIMÁTICA COMO DEVER CONSTITUCIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESIGUALDADE E RESPONSABILIDADE ESTATAL NA PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE À CRISE CLIMÁTICA

A pesquisa posiciona o combate à crise climática como um dever inafastável do Estado. Analisa como as mudanças climáticas afetam desproporcionalmente populações vulneráveis e exige políticas públicas que integrem proteção ambiental e redução das desigualdades sociais.

Autores: Clovis Demarchi e Elaine Cristina Maieski.....85-104

6. PRAGMATISMO JURÍDICO: A INFLUÊNCIA DAS DIMENSÕES DO PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UMA DECISÃO AMBIENTAL ADJUDICADA

O estudo propõe o pragmatismo jurídico como vetor para decisões ambientais que transcendam a mera subsunção legal. Analisa como as dimensões da sustentabilidade devem permear a fundamentação judicial, garantindo que a adjudicação de conflitos ecológicos produza resultados práticos eficazes e socialmente responsáveis.



Autor Rodrigo Vieira de Aquino.....105-123

7. GOVERNANÇA CLIMÁTICA E FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA: DESAFIOS DA JUSTIÇA CLIMÁTICA DIANTE DA LÓGICA DE MERCADO

O texto problematiza a transformação de recursos naturais em ativos financeiros como solução para a crise climática e alerta para os riscos de que a lógica de mercado aprofunde desigualdades, defendendo uma governança que priorize a justiça ecológica sobre o lucro.

Autores: Lívia Maria Bianchini Mazziere e Ricardo Stanziola Vieira.....124-142

8. INTERAÇÕES JUDICIAIS ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OUTRAS CORTES CONSTITUCIONAIS

O artigo examina o fenômeno do diálogo judicial transnacional de precedentes entre o STF e tribunais estrangeiros. Contextualiza como a citação de jurisprudência internacional fortalece a argumentação constitucional interna, especialmente em temas de direitos fundamentais.

Autora: Carla Simon.....143-157

9. DIREITO PENAL SIMBÓLICO E SELETIVIDADE ESTRUTURAL NA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

O texto aborda a utilização do Direito Penal como mera ferramenta de marketing legislativo, sem eficácia real na proteção da natureza. Contextualiza a seletividade punitiva que frequentemente penaliza pequenos infratores enquanto falha na responsabilização de grandes corporações poluidoras.

Autores: Aírto Chaves Junior e Gabriela de Melo Nagel.....158-181

10. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUSTENTABILIDADE: REGULAÇÃO JURÍDICA PARA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Aborda o paradoxo da tecnologia, analisando o consumo energético da IA e a necessidade de regulação verde para o setor (Green AI). Contextualiza a responsabilidade das empresas de tecnologia e o papel do Direito em impor normas de eficiência e descarte correto.



Autores: Giulianna de Miranda Brandalise e Giovana Beatriz Riehs
 Lucaora.....182-204

11. PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: A INSUFICIÊNCIA DO CONSTITUCIONALISMO TERRITORIAL FRENTE À CRISE CLIMÁTICA GLOBAL

O texto aborda a limitação do Estado-Nação para resolver problemas ambientais que ignoram fronteiras geopolíticas. Sugere uma releitura do constitucionalismo que integre normas globais e responsabilidades extraterritoriais como única via para enfrentar o colapso climático.

Autores: Jorge Luiz Valenga Filho e Ligia Janke.....205-221

12. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MIGRAÇÕES FORÇADAS: O DESAFIO DA PROTEÇÃO JURÍDICA DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS NOS PALOPs À LUZ DA CONVENÇÃO DE KAMPALA

Focando nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, o artigo analisa a lacuna jurídica na proteção de deslocados por desastres ambientais. Utiliza a Convenção de Kampala como marco para discutir a necessidade de reconhecimento formal do status de refugiado ambiental nestas jurisdições.

Autores: Ananda Zimmermann Simões Pires e Isabelle Godoy Teles dos Santos.....222-246

13. O ESTADO SOCIAL COMO PACTO INTERGERACIONAL: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E DESAFIOS DE SUSTENTABILIDADE

Este trabalho revisita o conceito de Estado de Bem-Estar Social sob a ótica da solidariedade entre gerações presentes e futuras. Contextualiza a sustentabilidade não apenas como preservação ambiental, mas como a manutenção das condições materiais e institucionais de vida a longo prazo.

Autor: Rafael do Nascimento.....247-259

14. ANTROPOCENO E CRISE CLIMÁTICA: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE PARIS À LUZ DAS DECISÕES DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA



O texto conecta a era geológica do impacto humano com as obrigações assumidas no Acordo de Paris, sob o crivo da CIJ. Analisa como o direito internacional público está sendo provocado a responsabilizar Estados pela crise climática.

Autores: Wellington Jacó Messias e Carla Piffer.....260-280

15. URBANISMO ESTAGNADO EM CONTEXTO DE CRISE CLIMÁTICA: O CASO DE ITAJAÍ

O artigo analisa os planos diretores do município de Itajaí elaborados após os desastres hidrológicos de 1983, 1984 e 2008 e verificar se houve mudança no seu conteúdo em relação ao tema.

Autores: Pedro Gabriel Cardoso Passos e Lucas Rafael de Almeida Carvalho.....281-304